



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES

Centro: CCJE

Disciplina: Consentimentos Minerários

Carga Horária Semestral: 60 h/a.

Professor: Neiva Buaiz

Departamento: Gemologia

Código: GEM06690

Créditos: 04

Período: 2021/1

PLANO DE ENSINO ESPECIAL “ REMOTO”

A. EMENTA

“Introdução ao Direito Minerário: O direito mineral brasileiro, a influência dos negros na mineração brasileira, história e cultura Afro-Brasileira e Africana, o lugar das tradições Africanas no desenho cultural, Relações e Política educacional e social das questões étnico-racial –MEC, história e cultura dos povos indígenas na educação ambiental. O direito do povo indígena e as demarcações de suas terras. Regime constitucional dos recursos minerais, solo e subsolo, jazidas e minas, classificação das minas, partes integrantes das minas, o minério extraído; Regimes de aproveitamento mineral: O requerimento de pesquisa, direito de prioridade, consentimentos para pesquisa, consentimentos para lavra, manifesto de mina, proteção especial a atividade mineral, aplicação do direito ambiental a mineração: Código de mineração e Constituição federal”.

B. OBJETIVO

Levar ao discernimento acerca dos principais conceitos e aplicação da Natureza Jurídica do Consentimento para pesquisa mineral do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro. Relações Jurídicas dos minerais industriais e a cadeia produtiva de gemas, joias e afins. Estudar e aplicar as relações jurídicas existentes nas questões étnico-racial e do povo indígena. Compreender e aplicar as políticas educacionais relacionadas com as questões étnico-racial. Proporcionar aos alunos, conhecimentos da Legislação Mineral adequada e identificação de impactos ambientais. Conhecer os riscos da atividade mineral, estudar e aplicar o Código de Mineração e a Constituição Federal nas questões de mineração e étnico-racial.

C. PROGRAMA

1. **Introdução ao Direito Minerário:** pág. 13 a 40, capítulo I da bibliografia recomendada e questões étnico-racial da bibliografia conjugado com CF.
 - 1.1 História do Direito Minerário;
 - 1.2 A influência de outros Países na Mineração Brasileira;
 - 1.3 A Realidade Nacional da Mineração Brasileira;
 - 1.4 História e cultura Afro-Brasileira e Africana

- 1.5 A influência do negro na mineração brasileira
- 1.6 A importância das Leis 10.639 de 09/01/2003 e 12.711 de 29/08/2012 (relações étnicas –raciais)
- 1.7 História e cultura dos povos indígenas e os conflitos sobre demarcações de suas terras.
- 1.8 Comandos da Legislação Minerária;
- 1.9 Definição de Jazida, Mina e Lavra;
- 1.10 Garimpagem, Faiscação e Cata.

Nota: o item 1. Será ministrado em 3 aulas

2. Regime Constitucional dos Recursos Minerais;
 - 2.1 Relações Jurídicas no Direito Minerário;
 - 2.2 Solo, Subsolo, Jazidas e Minas;
 - 2.3 Classificação das Minas;
 - 2.4 Partes Integrantes das Minas;
 - 2.5 Características do Direito Minerário;
 - 2.6 O Minério Extraído.

Nota: o item 2 será ministrado em 2 aulas

3 Os Regimes de Aproveitamento Mineral: pag. 115 a 148, capítulo III da bibliografia recomendada.

- 3.2 Aproveitamento Mineral;
- 3.3 Requerimento de Pesquisa;
- 3.4 Direito de Prioridade;
- 3.5 Consentimento para Pesquisa;
- 3.6 Consentimento para Lavra;
- 3.7 Consentimento Municipal;
- 3.8 Consentimento para Lavra Garimpeira;
- 3.9 Consentimento para Exploração Pública;
- 3.10 Monopólio;
- 3.11 Manifesto de Mina.

Nota o item 3 será ministrado em 5 aulas

4. Proteção Especial à Atividade Mineral: pág. 151 a 168, capítulo IV da bibliografia recomendada.

- 4.1-Risco da Atividade, Sanções e Nulidades, Caducidade;
- 4.2-Penhora de Partes Integrantes da Mina;
- 4.3-Aplicação do Direito Ambiental à Mineração;
- 4.4-Regras para a boa aplicação do Direito Ambiental;
- 4.5-Busca do Desenvolvimento e Proteção Ambiental;
- 4.6-Certificado de Kimberley – SCPK
- 4.7-CEFEM e aplicação dos recursos.

Nota: o item 4 será ministrado em 3 aulas

5. Código de Mineração: pag. 171 a 213 da bibliografia recomendada.

- 5.1-Instituição e Aplicação – Decreto-Lei N° 227, de 27/02/1967;

5.2-Regulamento do Código de Mineração - Decreto Nº 62.934, de 2/04/1968;

5.3-Constituição Federal de 1988;

5.4-Legislação Aplicada;

5.5-Colocações Finais.

Nota: o item 5 será ministrado em 2 aulas

D. METODOLOGIA

Procedimentos:

A disciplina será ministrada por meio de:

- aulas remotas (síncrona e assíncrona) 60:00 horas aula, através da plataforma Google meet/Classroom, com participação direta do professor ao vivo, acrescido de vídeo aulas e slides, cumprindo todo o programa estabelecido na Letra C do Plano de Ensino EAD, com a participação online dos alunos matriculados, sendo ministradas 15 aulas de 60 minutos cada, somando 4 horas aula/ dia ,totalizando 60:00 horas aula
- Orientação dos trabalhos exigidos.

Recursos:

- Acesso à internet;
- PC ou celular;
- Plataforma Google Classroom;
- Vídeo aulas;
- Slides;
- Projetor de multimídia (Datashow);
- Textos diversificados.

E. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação será estruturado como se segue:

- a) Participação nas aulas – 75% de presença online obrigatória, correspondente a 30% do total da nota.
- b) Dois trabalhos individuais escritos, valendo 35% cada, totalizando 70% da nota total, com apresentação online do aluno.
- c) Trabalho final será aplicado para os alunos que não alcançaram nota 7,0.
- d) A nota final do aluno será obtida através da soma das notas auferidas durante o período.
- e) Os alunos que obtiverem média parcial inferior a 7,0 terão o direito a realizar um trabalho final, devendo alcançar média final igual ou superior a 5,0 para aprovação, trabalho este exigido pelo professor.
- f) Observação importante: Tendo em vista o que dispõe a legislação educacional e as normas da UFES, só obterá crédito e nota na disciplina o aluno que comparecer no mínimo a 75% das aulas ministradas online. O não cumprimento dessa exigência implica na reprovação com nota zero, independentemente do resultado das avaliações.

g) Alunos com necessidades especiais terão suas avaliações em conformidade com as necessidades apresentadas.

NOTA: Os temas dos trabalhos deverão ser sugeridos e orientados pela professora.

F. Bibliografia Básica:

1-PINTO, Uile Reginaldo- **Consolidação da Legislação Mineral e Ambiental**- 9ª Ed. Brasília 2004.589p.

2-FREIRE, W. **Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral**. Belo Horizonte. Revista de Direito Minerário, 2005.

3-GODINHO, T. M. **A conceituação jurídica de autorização de pesquisa e da concessão de lavra**. Brasília: IBRAM, 1990.

G. Bibliografia Complementar:

1-SILVA, Cristiane Rodrigues Araújo - **Meio Ambiente Cultural e Tutela Jurídica dos Povos Indígenas na Sociedade de Informação**. São Paulo: Editora Fiuza 2012, v.2/Coordenador: Celso Antônio Pacheco Flori-lo.

2-ARRUDA, A. T. **Normas regulamentares de mineração**. Brasília: Ministério de Minas e Energia – Departamento de Produção Mineral, 1988.

3-BEDRAN, E. **A mineração à luz do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Alba, 1957, v. I II e III.

4-GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.

5-BUAIZ, Neiva lima dos santos buaiz :Brasília: Editora Kiron,2016.DIREITO EM TEMPO REAL.

NOTAS: NOSSAS AULAS SE DIVIDIRÃO DA SEGUINTE FORMA:

25% AULA SÍNCRONA- UMA HORA DE AULA ONLINE, TODAS AS TERÇAS FEIRAS DE 14:00 AS 15:00 HORAS (SÍNCRONAS) ACRESCIDO DE TRÊS HORAS (ASSÍNCRONAS) DE 15:00 HORAS AS 18:00 HORAS SOMANDO 75% AULAS ASSÍNCRONAS-VIDEO AULAS, SLIDES, ORIENTAÇÃO DOS TRABALHOS, NO MESMO DIA.

PERFAZENDO UM TOTAL DE 15 HORAS AULAS SÍNCRONAS E 45 HORAS AULAS ASSÍNCRONAS: TOTALIZANDO 60 HORAS AULAS, NESTE SEMESTRE DE JUNHO A OUTUBRO DE 2021.

NEIVA LIMA DOS SANTOS BUAIZ

